A popularidade do presidente e o FMI

20 AGO 1985

André Gustavo Stumpf

Os assessores do presidente José Sarney vivem, nestes dias, um dilema curioso e até inédito. Os índices de aprovação popular da atual administração, verificados através de pesquisas idôneas, realizadas por empresas conhecidas neste ramo, mostraram resultados tão extraordinários para o presidente da República, que os números vão ficar em sigilo. sigilo. Sigilo porque a assessoria do presidente acha praticamente impossível repetir a performance. E se os dados fossem divulgados, a partir de então seriam considerados o parâmetro de comparação.

Os auxiliares do presidente da Republica sabem que o País vive uma espécie de lua de mel com o seu novo presidente. É uma lua de mel produto de diversos fatores: a longa agonia do presidente Tancredo Neves, a necessidade nacional de acreditar num político, a boa performance do presidente José Sarney e o equilíbrio que ele vem demonstrando no trato de questões delicadas e complexas. Além disto, o atual presidente e o seu governo não evitam apurar as aparentes falcatruas cometidas nos últimos anos. A lua de mel do presidente José Sarney com os brasileiros ainda vai perdurar um pouco mais — e por isso os números continuarão em sigilo. Para não haver comparações futuras.

Não se sabe exatamente, mas no horizonte dos pesquisados, o índice de aprovação dos atos do presidente José Sarney superou 60%. Seu último discurso à Nação, dirigido por Paulo José, superou todos os índices de audiência da televisão brasleira. Naquela noite, Sarney foi mais visto e ouvido que Lima Duarte, o Sinhozinho Malta em Roque Santeiro. Tudo isso é muito novo e assusta o Palácio do Planalto. Assusta porque a perspectiva dos próximos meses não pode ser considerada extremamente favorável a manutenção deste estado de espírito.

No plano político-institucional, o governo do presidente Sarney não deverá enfrentar turbulências, salvo acidentes de percurso. Este ano eleitoral vai polarizar o debate do Congresso Nacional em torno das questões regionais. A eleição dos prefeitos de capitais — que a exceção da cidade de São Paulo, e uma exceção discutível — não vai se transformar em debate nacional. A eleição para prefeitos das capitais deverá repetir a frase atribuída a Charles Chaplin: a vida é um assunto local. O principal tema será, de verdade, a discussão dos problemas municipais.

O governo federal sabiamente afastou-se do debate paroquial. Fica de longe vendo o andar desta carruagem e ontem os ministros ligados à Frente Liberal foram autorizados a apoiar o que desejassem. Isso significa que a candidatura Jânio Quadros vai ganhar alguns novos adeptos. E também significa que a Frente Liberal paulista vai dar um troco ao desprezo com o que foi contemplada por um orgulhoso PMDB — o de São Paulo. A Aliança Democrática desmorona no nível municipal, mas se mantem viva na estrutura do governo Sarney, que aliás, assiste à distância todo esse processo.

A divulgação dos cinquenta nomes que vão compor a Comissão da Constituinte é um passo ousado na direção do futuro. O governo se despede dos problemas criados em torno da designação dos ilustres membros deste colegiado e se despede, também, do debate específico sobre o próximo texto constitucional brasileiro. Afinal, há, desde hoje, em pleno funcionamento uma comissão para estudar, ouvir, debater e avaliar propostas efetivas sobre o ordenamento constitucional brasileiro. E o prazo de funcionamento desta comissão vai coincidir com o início da campanha eleitoral de 1986. Então, veja o leitor, que há um projeto norteando tudo isso: neste ano, o governo libera seus ministros para participarem da eleição e a ela assiste de longe. No próximo ano, o tema básico da eleição será a discussão da Constituinte. Novamente, o governo Sarney estará preservado.

Essa preocupação em preservar-se e atuar com segurança na política explica os elevados índices de aceitação popular do governo Sarney. O único risco visível de toda essa estratégia é a negociação com o Fundo Monetário Internacional e as consequências recessivas que poderão ocasionar dentro do País. Hoje, há quem, no Planalto, admita que o governo brasileiro está mal informado, mal equipado e ainda não capacitado para exercer na plenitude as suas possibilidades de negociação com os banqueiros internacionais.

A disputa entre Sayad e Dornelles deixou de ser um tema importante tema na medida em que o governo percebeu essa deficiência de informação. Ela começará a ser corrigida com a divulgação do orçamento da República. O orçamento será para valer, como deverão ser para valer as exigências que os brasileiros vão fazer ao longo deste tortuoso processo de negociação. É muito possível que o Itamarati — órgão que possui mais tradição em negociação internacional — seja convidado a assumir um papel muito mais relevante neste entendimento. De qualquer forma, a questão econômica é, neste início de segundo semestre, o único item que preocupa um governo, disposto a sustentar durante largo período os elevados índices de aceitação junto à opinião pública.

JORNAL DE BRASÍLIA